Análise Comparativa do BPC, Auxílio-Inclusão e Programa Bolsa Família no Contexto da Assistência Social Brasileira

Autor(res)

Thiago Luiz Sartori

Categoria do Trabalho

Pesquisa

Instituição

FACULDADE NOVE DE JULHO (FNJ - OSASCO/SP)

Introdução

O Brasil, em sua busca pela redução da pobreza e da desigualdade social, implementou diversos programas de transferência de renda e assistência social. Embora compartilhem o objetivo de mitigar a vulnerabilidade social, cada um desses programas possui características, critérios de elegibilidade e públicos-alvo distintos. O BPC, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), garante um salário mínimo mensal a idosos com 65 anos ou mais e a pessoas com deficiência de qualquer idade que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. O Auxílio-Inclusão, mais recente, visa incentivar a inclusão produtiva de pessoas com deficiência beneficiárias do BPC que ingressam no mercado de trabalho. O Programa Bolsa Família, consiste em um programa de transferência condicionada de renda direcionado a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com foco em saúde e educação.

Objetivo

Analisar comparativamente o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Auxílio-Inclusão e o Programa Bolsa Família, identificando suas características distintivas, seus objetivos específicos e a forma como se articulam no sistema de assistência social brasileiro, visando compreender sua efetividade e seus desafios na proteção de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade.

Material e Métodos

A presente pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa complementar. Análise da legislação pertinente (Lei nº 8.742/93 - LOAS, Lei nº 14.176/21 que institui o Auxílio-Inclusão, Leis e Decretos relacionados ao Programa Bolsa Família), relatórios de órgãos governamentais (Ministério da Cidadania, INSS, IBGE), estudos acadêmicos, artigos científicos e documentos de organizações da sociedade civil que abordam os temas.

Resultados e Discussão

A pesquisa revelou as nuances de cada programa, evidenciando seus mecanismos de funcionamento, os perfis dos beneficiários e os impactos observados na literatura. O Bolsa Família atuando na prevenção da pobreza e o BPC oferecendo um suporte básico para grupos específicos em situação de vulnerabilidade. A introdução do

Auxílio-Inclusão e sua relação com a saída do BPC do mercado de trabalho um ponto central da discussão, compreendendo seu potencial para promover a autonomia das pessoas com deficiência.

Conclusão

A análise comparativa do BPC, do Auxílio-Inclusão e do Programa Bolsa Família revela a complexidade e a importância da política de assistência social no Brasil. Cada programa desempenha um papel específico na proteção de diferentes grupos em situação de vulnerabilidade, com objetivos e mecanismos distintos. A compreensão das características, da articulação e dos desafios desses programas é fundamental para o aprimoramento das políticas públicas e para a efetivação dos direitos sociais.

Referências

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 dez. 1993.
BRASIL. Lei nº 14.176, de 22 de junho de 2021. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS), para instituir o Auxílio-Inclusão para pessoas com deficiência moderada ou grave; e revoga dispositivos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 jun. 2021